

FAMÍLIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS

por Mário Soares

As duas famílias político-ideológicas que mais contribuíram para a construção europeia foram, sem contestação possível, o socialismo democrático (trabalhistas, socialistas e social-democratas) e a democracia-cristã. Sucede que essas famílias estão, há muito em decadência, desde o colapso do universo comunista, em 1989-1990 e a "colonização" neo-liberal a que se submeteram, no primeiro caso; e desde as transformações que se seguiram ao Concílio Vaticano II, a partir dos anos setenta, no segundo. Há obviamente razões que explicam esse fenómeno, mas não me quero meter por aí, porque implicaria uma reflexão histórica que não faz sentido num artigo de jornal.

Não há dúvida, porém, que o Tratado de Maastricht, em 1992, constituiu, porventura, o ponto mais alto do desenvolvimento da construção europeia. O Tratado de Nice, que se lhe seguiu, saldou-se por um fracasso enorme. Em vez de avançar, corajosamente, no sentido de uma Europa Política, a caminho dos Estados Unidos da Europa, a União resolveu lançar-se no alargamento, integrando os países de leste à medida em que se foram libertando das respectivas ditaduras comunistas. Aliás, sintomaticamente, preferiram sempre a NATO à Comunidade Europeia, por razões de segurança. Para esses novos países, salvo honrosas exceções, uma União Política não fazia sentido. O que lhes interessava eram - e tão só - os apoios financeiros e económicos comunitários...

A tentativa frustrada de uma Constituição Europeia, que representava um avanço no sentido federal, foi travada, como se sabe, com o veto francês (e, depois, holandês). E, deve reconhecer-se, que para tanto contribuiu poderosamente o Partido Socialista francês e as suas lutas internas... A União Europeia ficou paralisada, desde então. O remendo que in extremis constituiu o Tratado de Lisboa, de inspiração económica neo-liberal, não fez avançar a União. Nem em termos institucionais nem políticos. Representou, é certo, um passo em frente em matéria de direitos Humanos. Passaram a ser imperativos para todos os cidadãos dos 27 Estados-membros.

A família democrata-cristã europeia perdeu muita força com a transformação das democracias cristãs em Partidos Populares, sem preocupações sociais, o que fez muita diferença. As democracias cristãs, italiana e espanhola - bem como a portuguesa - praticamente, desapareceram. E a alemã, manteve-se, mas evoluiu perigosamente para a Direita, sobretudo desde que está aliada, no Governo, aos liberais.

No que se refere à família socialista, o New Labour, de Tony Blair, com a chamada Terceira Via, não só se tornou um vassalo da política belicista de Bush, como fez grandes estragos na Internacional Socialista, privando-a de ideologia e de valores ético-políticos. A esquerda europeia, em boa parte, perdeu o rumo, os princípios éticos e a ideologia. Na Itália, o partido socialista crismou-se de Democrático, perdendo completamente a sua identidade e força. Por toda a União, os Governos socialistas, social-democratas ou trabalhistas perderam o poder, caindo um atrás de outro... O eleitorado terá compreendido que para fazer políticas de Direita, nos respectivos Estados nacionais, é, obviamente, melhor votar nos partidos de Direita. Assim, dos quinze Governos de Esquerda que a União Europeia chegou a ter, no final do século passado, está hoje reduzida, salvo erro, a três: Espanha, Portugal e Grécia, todos Estados do sul, porque na Áustria, embora o Chanceler seja socialista, o Governo é de coligação com a Direita...

O mundo, entretanto, está a mudar, aceleradamente. Surgiram os Estados Emergentes, que pesam muito e têm visões diversas. Os Estados Unidos têm à sua frente, uma figura carismática Barack Obama que, no que se refere à visão do mundo e aos valores a seguir está nos antípodas do seu antecessor: Georges W. Bush, de má memória. É humanista, pacifista e um herdeiro legítimo dos grandes presidentes americanos, como Jefferson, Lincoln, Francklin Roosevelt e Kennedy que criaram o generoso pioneirismo americano.

Num mundo todo ele em crise - de uma extrema complexidade, que vem, ela própria, sofrendo transformações - a circunstância da política americana, com Barack Obama, ter dado uma volta de 180 graus, não está a ser compreendida nem seguida pelos dirigentes europeus. O que - diga-se - pode ser uma tragédia para a Europa e para o Ocidente em geral. Enquanto os Estados Unidos estão, paulatinamente, a atacar as causas da actual crise, para que não venha a repetir-se, em pior, a União

Europeia só pensa em reduzir os deficits e ignora o crescimento económico e a sorte das pessoas, com o objectivo escondido de que tudo fique na mesma.

Não admira, assim, que os cidadãos europeus cada vez mais se afastem dos seus actuais dirigentes. E comecem a pôr em causa a União, porque está a comprometer o projecto político de paz, de bem estar para as populações e de justiça social que, tem constituído a essência da sua identidade. Querem voltar aos egoísmos nacionalistas que nos conduziram a duas terríveis guerras mundiais?

Barack Obama e a reforma da Wall Street

O Presidente americano não cumpriu ainda dois anos do mandato, embora para lá caminhe: foi eleito em 20 de Janeiro de 2009. Nesse dia fez um discurso que admirou o mundo, pela lucidez e coragem. E, depois, fez outro e outro, qual deles com maior substância e rigor. Entretanto, literalmente, caiu-lhe o peso do mundo em cima: a crise global, com as suas exigências, críticas, desilusões. A Academia do Nobel atribuiu-lhe, no entanto, e bem, o mais prestigiado dos prémios da paz. Muitos dos seus detractores disseram que não tinha feito nada para o merecer: só discursos. Nada? Simplesmente, com os discursos, mudou os dados geo-estratégicos do mundo e deu uma nova credibilidade e esperança à América do Norte.

Os republicanos voltaram às suas desastradas críticas. As sondagens sobre o trabalho de Obama desceram. Silenciosamente, voltou-se para as reformas internas. E aí acaba de obter a sua segundo estrondosa vitória: depois da reforma do sistema da saúde, que confere a todos os americanos, mesmo aos mais pobres, o direito a terem cuidados de saúde gratuitos; conseguiu o voto favorável de 60 contra 29 senadores, verdadeiramente histórico, assegurando o cumprimento da lei do saneamento financeiro de Wall Street. Para quê? Simplesmente, para impedir que se possam repetir os abusos, os escândalos e os crimes financeiros que estiveram na origem da crise global, que estamos todos ainda a sofrer e começou, como os leitores se lembram, com a falência do Lehman Brothers, que fez vacilar todo o sistema.

Dizem os críticos que o texto ora aprovado diverge do que foi apresentado pelo Presidente. É natural. Em democracia nada é fácil. E o compromisso é a regra. Mas impede os riscos sistemáticos, como lhes chamam. Está adquirido que grandes bancos, como: Goldman Sachs, Morgan Stanley e Citigroup fazem parte da família dos sistémicos, os que cometeram faltas e só foram salvos com a ajuda do Estado. De futuro os bancos "too big to fall", que são demasiado grandes para falir, não serão auxiliados pelo Estado, mas pela Companhia Federal de Seguros (FDIC), que proverá ao seu desmantelamento, na calma. De uma maneira geral, a lei, limita as actividades especulativas dos bancos: torna mais transparente o mercado e protege o consumidor contra "os créditos predadores". Não será perfeito mas é um princípio de mudança, considerável. Falta ainda acabar com os paraísos fiscais.

Trata-se de um vitória histórica, para Barack Obama, que, espero, fará reflectir os dirigentes políticos europeus e seguramente vai ter alguma influência na União Europeia. Porque não acredito que os actuais dirigentes europeus, sejam tão imprudentes, que se deixem distanciar do seu grande aliado, além Atlântico, e assumam a responsabilidade de correr o risco de perder o lugar cimeiro que continuam a ter no Mundo...

A reacção dos cidadãos.

Claro que há uma reacção dos cidadãos europeus e de alguns Partidos que começa a fazer sentir-se contra os actuais dirigentes da União e contra o perigo das políticas monetaristas, que procuram impor, para vencer a crise, sem contrapartidas no domínio social: diminuir o desemprego e a pobreza, as desigualdades, a precariedade do trabalho, sobretudo para os jovens, e a exclusão social, bem como assegurar o crescimento económico, que está na base de tudo.

Muitos cidadãos europeus, atingidos ou não pela crise, começam a ter a consciência de que o neo-liberalismo e as suas receitas tradicionais só nos podem conduzir a mais atraso e mesmo à decadência. Em todas as famílias ideológicas estão a fazer-se debates de reflexão sobre como mudar o modelo de desenvolvimento que a União tem seguido nos últimos anos. É um debate urgente e fundamental. Os socialistas, os verdes e os progressistas que ainda existem no que resta de democratas-cristãos a sério e de muitos independentes sem Partido.

Os socialistas, particularmente, nos últimos meses, têm multiplicado as iniciativas nesse sentido. Dou dois exemplos significativos que os socialistas portugueses e espanhóis - e mesmo os gregos - deviam ponderar e seguir: a Carta Aberta, subscrita pelo Presidente do Partido Socialista Europeu, Poul Nyrup Rasmussen e pelo Presidente do Grupo Parlamentar Socialista do Parlamento

Europeu, Martin Schulz, dirigida às mais altas instâncias europeias (Presidente Van Rompuy, Presidente da Comissão, Durão Barroso, Presidente do Parlamento Europeu, J. Buzek, do Euro-grupo, Juncker e ao Primeiro-Ministro belga, actual Presidente rotativo); e o documento conjunto elaborado pela primeira secretária do Partido Socialista Francês, Martine Aubry e pelo líder da social-democracia alemã, Sigmar Gabriel. Ambos os documentos - que estão em discussão - são significativos e vão no mesmo sentido: a necessidade de mudar o paradigma de desenvolvimento europeu e de reforçar a importância da dupla franco-alemã, como motor da integração europeia e do euro. Porque sem isso a União tende a desagregar-se e qualquer país europeu isolado - por mais rico que seja, como a Alemanha - representa muito pouco em comparação com os grandes colossos globais, emergentes ou não.

O primeiro documento insiste na necessidade da União "encontrar um equilíbrio entre a consolidação das finanças públicas e a promoção de emprego, do crescimento económico e de uma protecção social durável". Não é fácil mas é possível. E mais: "sanear os orçamentos, regular os mercados financeiros e encorajar os investimentos, tanto públicos como privados". Sem isso, a coesão entre os Estados Europeus e entre os cidadãos, dentro de cada Estado, dará lugar a um grande mal-estar e actos de violência inesperados e mesmo de revoltas, por mais reduzidos e certos que venham a estar os deficits e as contas públicas.

Como socialista, aplaudo com veemência, os dois textos citados, cuja leitura aconselho. São estimulantes como os documentos publicados pela Central Sindical Europeia e podem encontrar-se nos respectivos sites. Os Partidos Socialistas, português e espanhol, só ganham em aproximar-se da linha definida, que vai no sentido - note-se - das leis promovidas pelo Partido Democrata americano de Barack Obama.

Viva Nelson Mandela!

A ONU proclamou o dia 18 de Julho como o Dia de Mandela e tudo o que ele representa. Foi o dia em que completou 92 anos, em plena juventude de espírito. Junto-me aos milhões do mundo inteiro e apresento-lhe: os meus parabéns! A sua resistência, a sua força moral, o seu espírito de tolerância, a sua crença no progresso da Humanidade e na igualdade de todos os seres humanos, sem excepção, são um excepcional exemplo e um ensinamento impar, no mundo sem rumo em que vivemos. Leva-nos a acreditar nos outros e no futuro. Obrigado, Nelson Mandela, por ser o que é.

Lisboa, 20 de Julho de 2010